



Anais da Assembléia

Nº 161

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zarusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** João Bufon - José da Silva Reis - Vladimir Mirão Maisrevicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Befinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Placentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudeff (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caio Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil: José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social: José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - • **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado.

ERRATA:

No DA. nº 45, de 23.04.92, página 23,
COMISSÃO DE FINANÇAS,
onde se lê: Aos 19.03.91;
Leia-se: Aos 19.03.92.

onde se lê : Aos 11.03.91;
Leia-se: Aos 11.03.92.

No DA. nº 70, de 26.05.92, página 29:
COMISSÃO DE FINANÇAS
onde se lê: aos 15.04.91;
Leia-se: Aos 15.04.92.

onde se lê: Aos 20.05.91;
Leia-se: 20.05.92.

Página 30 - COMISSÃO DE FINANÇAS

onde se lê: Aos 21.05.91;
Leia-se: Aos 21.05.92.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 1992.**

(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Srs. Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (46). -Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Albino Corazza, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Emilia Belinati, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Ovídio Constantino e Paulo Maia (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos

trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 93/92.

Curitiba, 04 de novembro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V.Exa., para fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a firmar re-ratificação da escritura pública de doação de imóvel feita ao município de Engenheiro Beltrão, conforme Matrícula nº 3.319, datada de 9 de dezembro de 1977, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca, a fim de possibilitar ao donatário a utilização de tal imóvel para outras finalidades ligadas ao interesse da municipalidade.

O imóvel a que se refere a proposição ora formulada, é o Lote nº 77, da Seção Patrimônio, da Gleba Rio Mourão, situado no município de Engenheiro Beltrão, que foi doado pelo Estado àquela municipalidade (Matrícula nº 3.319 já referida) para ser utilizado na instalação e implantação do "Parque Industrial do Município".

Ocorre que, conforme esclarecimentos prestados pelo Sr. Prefeito, os superiores interesses daquela Administração e os anseios da comunidade têm direcionado a utilização da questionada área para projetos de elevado cunho social, como, por exemplo, a construção em convênio com a Companhia de Habitação do Estado do Paraná - COHAPAR, de 150 casas populares e de mais 259 dessas casas pela Cooperativa Habitacional dos Assalariados - COHALAR, assim como para a execução de várias outras obras públicas.

Pelas razões expostas não há qualquer dúvida de que a ampliação do rol de obras a serem executadas no referido imóvel, hoje integrante do patrimônio municipal, consulta, também, aos superiores interesses do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO.
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo auto-

rizado a firmar re-ratificação da escritura pública de doação de imóvel feita ao município de Engenheiro Beltrão, conforme Matrícula nº 3.319, datada de 9 de dezembro de 1977, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca, a fim de possibilitar ao donatário a utilização de tal imóvel para outras finalidades ligadas ao interesse da municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFICIO

Sob o nº ATCC 3304/92, do Sr. CAITO QUINTANA - Chefe da Casa Civil, comunicando a indicação do Doutor GOYA CAMPOS para o cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº DTL/SAT/287/92, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE, o Projeto de Lei nº 305/92, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs DTL/SAT/286, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296 e 297/92, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

265/92: Do PODER EXECUTIVO que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.000.000.000,00, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.115. **Anote-se- Arquivo-se.**

299/92: Do PODER EXECUTIVO que, reajusta, conforme especifica, os vencimentos do funcionalismo civil e militar do Estado e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.118. **Anote-se- Arquivo-se.**

302/92: Do TRIBUNAL DE JUSTIÇA que, fixa, nos valores que especifica, o vencimento básico mensal do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, a partir de outubro e novembro de 1992, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.119. **Anote-se- Arquivo-se.**

304/92: Do TRIBUNAL DE CONTAS que, fixa nos valores que especifica, para os meses de outubro e novembro de 1992, o vencimento básico mensal do Procurador Geral, dos Auditores e dos Procuradores do Tribunal de Contas, o qual convertido em Lei tomou o nº 10120. **Anote-se- Arquivo-se.**

307/92: Da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA que, fixa, nos valores que especifica, o vencimento básico mensal do cargo de Pro-

curador-Geral de Justiça, a partir de outubro e novembro de 1992, o qual convertido em Lei tomou o nº 10121. **Anote-se- Arquivo-se.**

303/92: Do TRIBUNAL DE CONTAS que, fixa, nos valores que especifica, o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, a partir de outubro e novembro de 1992, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.122. **Anote-se- Arquivo-se.**

300/92: Do TRIBUNAL DE JUSTIÇA que, reajusta, na forma que especifica, os vencimentos dos servidores das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10123. **Anote-se- Arquivo-se.**

301/92: Do TRIBUNAL DE CONTAS que, reajusta, conforme especifica, as tabelas de vencimentos dos servidores do Tribunal de Contas e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.124. **Anote-se- Arquivo-se.**

283/92: Do PODER EXECUTIVO que, abre crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.701.040.000,00 ao Tribunal de Contas, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.126. **Anote-se- Arquivo-se.**

285/92: Do PODER EXECUTIVO que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 100.000.000,00 à Secretaria de Estado da Cultura, a qual convertido em Lei tomou o número 10.127. **Anote-se- Arquivo-se.**

306/92: Do PODER EXECUTIVO que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.500.000.000,00 ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.128. **Anote-se- Arquivo-se.**

Ofício nº 517/92
Senhor Presidente.

Na impossibilidade de participar dos trabalhos legislativos neste dia 11 de novembro, tomo a liberdade de solicitar a V.Exa. a devida dispensa, já que compromissos inadiáveis impedem minha presença.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me ao ensejo, antecipar sinceros agradecimentos.

Sala das Sessões, em 11.11.92.

(a) MARIO BEZERRA.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1715
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 592/91 (Mensagem nº 145/91), de autoria do Poder Executivo, que cria o Fundo de Previdência do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 1727

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o adiamento por (05) cinco sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 289/91 (item 02), de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que regulamenta a atividade de Rodeio no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 1728

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o adiamento por (05) cinco sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 565/91 (item 03), de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que sujeita à prévia autorização do Poder Público a prática de esportes náuticos no litoral paranaense.

Sala das Sessões, em 11.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 1732

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o adiamento por (05) cinco sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 605/91 (Mensagem 151/91), item 4, de autoria do Poder Executivo, que autoriza aquele Poder a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da administração direta e indireta do Estado.

Sala das Sessões, em 11.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1724-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

Curitiba, quarta, em 11.11.92

REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 25/91, que altera o memorial descritivo da Lei nº 9.236 de 30 de abril de 1990 que criou o município de Tunas.

Sala das Sessões, em 11.11.92.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1734

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.11.92.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 1724

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente, externando votos de congratulações, ao município de Rio Negro, pela passagem do seu 122º aniversário no próximo dia 15 de novembro de 1992.

Sala das Sessões, em 11.11.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Rio Negro surgiu sob o signo do tropeirismo em 1826, com a abertura da "Estrada da Mata".

João da Silva Machado, Barão de Antonina, é seu fundador. Em 1829 recebeu a imigração alemã.

Em 1987 foi o município que mais cresceu em arrecadação de I.C.M.S., no Estado.

Em 1992 é o 14º, município em arrecadação estadual, e o 37º no índice geral. No dia 15 próximo estará comemorando, 122 anos de emancipação política.

Daí, as nossas congratulações à população daquela comunidade.

REQUERIMENTO Nº 1725

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente, externando votos de congratulações, ao município de Tijucas do Sul, pela passagem do seu 40º aniversário, no próximo dia 14 de novembro de 1992.

Sala das Sessões, em 11.11.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Operosa comunidade da Região Sudeste, em franco desenvolvimento, comemora 40

anos de emancipação política, dia 14 de novembro de 1992.

Enviamos nossas congratulações à população daquele Município.

Dai, a justiça de apelo a esta Casa de Leis para a aprovação deste expediente.

REQUERIMENTO Nº 1729

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pela comemoração do 10º aniversário de fundação da AOSPAR - Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas do Paraná.

O dia 27 de outubro é comemorado no Paraná como o "Dia Estadual do Aposentado". E foi nessa data, em 1982, que após várias reuniões preliminares, numa assembléia com a participação de mais de cem aposentados e pensionistas foi criada a Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas do Pr, a AOSPAR. O primeiro presidente da entidade com o Sr. José Rodrigues Lopes Jr e desde a fundação a entidade desencadeou uma luta em defesa dos interesses dos aposentados e pensionistas no Paraná. Conjuntamente com outras entidades co-irmãs, em todo o país, a AOSPAR iniciou um grande processo reivindicatório para corrigir injustiças contra a classe.

O atual presidente da AOSPAR é o Sr. Wanderley Lima, que participou de todo o processo constituinte em busca de avanços na política nacional de seguridade.

E da maior importância o incansável trabalho da AOSPAR, através de seus dirigentes e associados, no sentido de garantir uma aposentadoria digna aos trabalhadores, assim como uma pensão após a morte, para os seus dependentes.

Recentemente, a AOSPAR coordenou no Paraná a luta pelo pagamento dos 147% de reajuste aos aposentados e pensionistas e, apesar da resistência do Governo Federal, que não efetuou o pagamento, a entidade mostrou claramente sua liderança e capacidade de aglutinação em nosso Estado.

Por esta razão, requeremos a formulação de votos de congratulações à AOSPAR, registrando nos Anais do Poder Legislativo, sua frutífera existência.

Sala das Sessões, em 11.11.92.

(a) ALGACI TOLIO.

REQUERIMENTO Nº 1730

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do

Poder Legislativo VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pela comemoração do DIA DAS NAÇÕES UNIDAS, em 24 de outubro próximo passado.

Surgida após o final da segunda guerra mundial quando nações inteiras e em todo o mundo restaram mutiladas pelas consequências trágicas de um conflito intercontinental, a força de Paz da Organização das Nações Unidas, teve seu embrião na assinatura por 51 países, da Carta das Nações Unidas, em 26 de junho de 1945. Esses homens, conhecidos como os "Boinas Azuis" desempenharam importantíssimo papel para a preservação da paz no mundo e respeito aos princípios de harmonia entre os povos.

Concretizada em 02 de novembro de 1956, tal força de paz teve como primeira missão supervisionar o fim dos conflitos na área do Canal de Suez. Dez países participaram dos esforços, dentre os quais o Brasil.

Com a participação decisiva das forças da ONU, foi conquistado o cessar-fogo entre a composição França-Inglaterra-Israel e o Egito, que nacionalizou o Canal.

Os brasileiros chegaram em 1957 ao local do conflito e, enfrentando inúmeras adversidades, contribuíram com galhardia e coragem para o alcance do propósito maior: a paz.

Celebrar o Dia das Nações Unidas é prestar um tributo de verdadeira gratidão aos homens que lutam e lutaram pela paz e pela compreensão entre os homens.

A reverência que se pretende prestar especialmente aos "boinas azuis" só será verdadeira se maiores forem os esforços de todos nós, dos homens e das mulheres de bem para fortificar esse exemplo de solidariedade e garantir, às futuras gerações, uma convivência harmoniosa, através de lições de maior igualdade e justiça entre os homens.

Sala das Sessões, em 11.11.92.

(a) ALGACI TOLIO.

REQUERIMENTO Nº 1731

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações à Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária e à Associação de Veterinários de Medicina de Pequenos Ruminantes pela realização do XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA VETERINARIA - I ENCONTRO NACIONAL DE MELHORAMENTO GENETICO E NUTRIÇÃO DE SUINOS e II ENCONTRO PARANAENSE DE MEDICINA DE PEQUENOS RUMINANTES, que está sendo realizado do dia 10 à 13 de novembro de 1992, na cidade de Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 11.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 1726

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, com caráter de urgência, em forma de FAX ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, aos Srs. Ministros do Planejamento, da Fazenda, bem como ao Sr. Deputado IBSEN PINHEIRO, Presidente da Câmara dos Deputados e ao Senador MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, no sentido de determinarem seja procedido estudo para a isenção do imposto de renda nos proventos e pensões de todos os aposentados e pensionistas dos setores público e privado.

Sala das Sessões, em 11.11.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

No momento em que se procedem estudos para sérias e necessárias mudanças no país, quando se discute a REFORMA FISCAL, é justo e oportuno dar atenção especial para a inclusão da isenção do imposto de renda nos proventos e pensões de todos os aposentados e pensionistas dos setores público e privado. Com esta medida, se estará corrigindo grave injustiça que pesa contra aqueles que durante toda a vida muito deram de si pela pátria.

Em vez de estar usufruindo daquilo que seria um benefício e um prêmio pelos anos de dedicação e sacrifício, o aposentado continua com tantas preocupações inclusive com o imposto de renda.

Em nome do povo que aqui representamos, desejamos apresentar esta sugestão, esperando seu acolhimento.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Eurides Moura.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Nós queremos justificar a ausência do Deputado Ovídio Constantino e do Deputado Paulo Maia. Ambos se encontram a serviço da Assembléia Legislativa naquela Comissão para averiguar o serviço escravo. Viajaram a serviço da Assembléia pela Comissão. Então, é para justificar a ausência dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está anotada a comunicação. Tem a palavra o Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, na última semana encaminhamos à Mesa, para apreciação futura dos Srs. Deputados, dois Projetos de Leis. O primeiro, versando autorização ao Sr. Governador do Estado para firmar convênio de comodato junto ao Governo Federal no que se refere os armazéns do extinto IBC. O segundo, autoriza também o Poder Executivo a firmar convênio com as Prefeituras

Municipais, também relacionados com os prédios do extinto IBC.

Sabem os Srs. Deputados, principalmente aqueles do Norte do Paraná, que mais ou menos acima de 100 municípios daquela região possuem enormes armazéns que eram de propriedades do Instituto Brasileiro do Café. Com a extinção daquele órgão vemos nestas grandes construções, muitas delas ociosas, outras com café, mas em quantidade insuficiente em função dos tamanhos daqueles prédios extraordinários, daqueles prédios bem construídos do passado. Por esta razão é que achamos por bem iniciarmos um trabalho nesse sentido, encaminhando ao Sr. Governador, após a aprovação desta Casa, se assim convier, esta autorização para o Poder Executivo iniciar um trabalho junto ao Governo Federal no sentido do uso desses armazéns, autorizando que 50% deles ficariam para instalação de microempresas, para pequenas empresas, e outra metade para uso dos pequenos agricultores.

Acreditamos que estas construções devam no futuro serem aproveitadas porque são construções valiosas, construções enormes. Gostaríamos de dar alguns exemplos na cidade de Rolândia: o armazém número um do extinto IBC possui 20.160m² de construção, está sendo ocupado com apenas 198.000 sacas de café beneficiado; está cedido à COROL, Cooperativa Agropecuária de Rolândia 6.972m², sobrando 7.568m² que estão livres, estão ociosos. Naquela cidade ainda o IBC dois tem uma construção de 29.952m² possui aquele armazém 498.428 sacas de café beneficiado, tendo uma ociosidade de espaço a cerca de 12.000 m². Acreditamos que seria importante que estes prédios fossem usados pelos agricultores, a outra parte pelo Poder Público Municipal instalando ali, se fosse o caso, pequenas indústrias. Tudo isto em comodato. Daí o aproveitamento destes prédios valiosos, bem construídos, que estão ociosos e estão abandonados.

Foi neste sentido que encaminhamos os Projetos de Lei que passarei a ler:

Súmula: Efetua o comodato junto ao Governo Federal, para utilização das dependências do IBC no Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar junto ao Governo Federal o comodato para utilização das dependências do Extinto Instituto Brasileiro do Café no Estado do Paraná.

Art. 2º - O comodato terá tempo indeterminado, com a condição de que esteja sendo utilizado para implantar programas de desenvolvimento para o Estado.

Art. 3º - Os municípios que utilizarem as dependências do IBC, deverão assumir a responsabilidade de conservação, manutenção e reformas.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O segundo Projeto também é relacionado com este:

SOMULA: Cria-se espaços alternativos para atividades produtivas na área industrial e na área agrícola nas dependências cedidas pelo IBC.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com as prefeituras detentoras de armazéns de Instituto Brasileiro do Café.

Art. 2º - As prefeituras poderão utilizar o espaço alternativo para implantar indústrias, postos de vendas diretas do produtor para o consumidor.

Art. 3º - Os convênios serão aprovados e acompanhados pelas Secretarias de Indústria e Comércio e Agricultura.

Art. 4º - Toda a infra-estrutura existente nos atuais IBC, deverão ser utilizados para programas de horta comunitária, programas de lazer, e outros que tragam benefícios para a comunidade.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Era só. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Algaci Túlio**) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Toti Colaço, no Pequeno Expediente.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pediria autorização a V.Exa. para deixar registrado nos anais desta Casa uma nota que está no "Jornal de Londrina" do dia 10 de novembro de 1992. Gostaria de destacar a importância desta nota quando fala principalmente do Paraná.

Ela diz o seguinte:

"BOM DIA.

O novo Ministro da Fazenda, Gustavo Krause, está no momento empenhado em definir critérios para a rolagem das dívidas externas dos estados e municípios. Ele espera dar encaminhamento no assunto até dezembro deste ano.

São nada menos que US\$ 59 bilhões-algo realmente muito volumoso quando se considera a atual situação do País. São Paulo, Minas Gerais e Bahia estão entre os maiores devedores e não pagam seus compromissos desde fins do ano passado.

Enquanto isto, como mostra matéria nesta edição, uma missão do Banco Mundial aponta o Paraná como um exemplo em termos de capacidade de gerenciamento positivo de recursos fornecidos pela instituição. A missão veio avaliar o desempenho do PEDU - Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano, cujas contas foram consideradas rigo-

rosamente em dia, isto até abre as portas para novos financiamentos ao nosso Estado, beneficiando áreas vitais como saneamento básico. A estrutura de gerenciamento implantada aqui no Paraná está sendo, inclusive, apresentada como modelo para os demais estados da Federação. E ao menos um consolo para os paranaenses, saber que, aqui, além da nossa extraordinária produção agrícola, estamos levando a sério compromissos que foram feitos para serem cumpridos. Se o restante do País fizesse o mesmo certamente o Brasil não estaria tão desacreditado no exterior como se encontra hoje".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ficando registrada esta nota do Jornal de Londrina eu gostaria de destacar, evidentemente, os Governadores que gerenciaram os recursos que vieram para o Paraná, do exterior. Parece-me que o Paraná sempre teve as suas portas abertas com o mercado internacional. Deixando registrada esta Nota, até por uma questão de ética, gostaria de citar, pelo menos, alguns Governadores que gerenciaram os recursos, que gerenciaram o nosso Paraná até o presente momento, passando, evidentemente, pelo ex-Governador Paulo Pimentel, Canet, Ney Braga, José Richa, Alvaro Dias, e atualmente é claro, o nosso eminente Governador Roberto Requião.

Era isso, Sr. Presidente! Obrigado, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Algaci Túlio**) - Encerrado o horário do Pequeno Expediente, no Grande Expediente não há oradores inscritos. Passamos ao horário das Lideranças.

PRN. Declina.

PSD. Declina.

PMDB. Declina.

PSDB.

Com a palavra o Deputado Heinz Herwig.

O SR. HEINZ HERWIG - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estivemos ontem em Brasília atendendo uma solicitação da Presidência desta Casa para verificarmos no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem a situação dos recursos para nossas rodovias. Todos nós conhecemos muito bem, na semana passada, ainda, tivemos o testemunho de diversos Deputados citando o estado calamitoso que se encontram as nossas rodovias, e por isso estivemos lá com o Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Dr. Inaro Fontan, e verificando em que situação se encontra hoje aqueles recursos destinados às emergências, na época as emergências, porque hoje já não são mais emergências, já é um estado de calamidade pública.

Ele nos informou, nos mostrou que no dia 03 de setembro deste ano foi encami-

nhado ao Congresso Nacional uma solicitação de recurso em torno de 266 bilhões de cruzeiros para dar atendimento às emergências em diversos Estados da Federação, entre os quais o Paraná. Ao Paraná após o levantamento efetuado pelos técnicos do DNER chegou a conclusão que seriam necessários para esse ano recursos na ordem de 75 bilhões de cruzeiros, recursos estes solicitados pelo DNER ao Congresso Nacional. Infelizmente até ontem quando estive no DNER o Congresso não tinha ainda aprovado os recursos destinados a essas emergências. Há uma promessa de que esta semana ainda, hoje, ou o mais tardar amanhã o relator do Processo Deputado Manoel Moreira de São Paulo faria o seu relato para que se pudesse, finalmente, aprovar os recursos que o DNER precisa para dar atendimento às rodovias federais do nosso Estado.

É importante que se consiga isso, houve inclusive uma negociação, havia uma idéia de vários Deputados de fazer inclusive emendas em cima desses recursos destinados às emergências, tentando tirar dinheiro dessas emergências e levar para outros Estados que já tenham sido beneficiados mas que também não tinham tido as chuvas que provocaram o caos nas nossas estradas.

Chegou-se finalmente a um consenso e que pelo menos esses recursos que são emergenciais fossem finalmente destinados as rodovias que de fato tiveram prejuízos nessas últimas enchentes.

Ao Paraná, como já falei são destinados 75 bilhões de cruzeiros e nós inclusive solicitamos do Diretor Geral do DNER que esses recursos fossem destinados prioritariamente a três rodovias do nosso Estado.

BR -153 no trecho entre União da Vitória e General Carneiro, que já é objeto de necessidade há muitos anos, desde a penúltima enchente grande, em 1983, depois a de 87 são necessários recursos para reconstrução dessa estrada.

Então solicitamos ao Senhor Diretor Geral, Doutor Inaro, que desse prioridade a BR-153 e também a BR-476, no trecho principalmente entre São Mateus do Sul e União da Vitória.

São duas rodovias que necessitam urgentemente de algum atendimento, para que volte a ser pelo menos uma rodovia, porque hoje nem disso nós podemos chamá-la.

Também solicitei em nome dos Deputados que fosse dada prioridade a uma terceira rodovia, a BR-277, naquele trecho entre Guarapuava e Cascavel, na região de Laranjeiras do Sul, onde a estrada também está intransitável.

E a rodovia mais importante do Paraná, o grande corredor de exportação, inclusive

do nosso Estado e que não se pode permitir a ter uma estrada naquelas condições.

O Doutor Inaro, afirmou-nos inclusive que se fosse aprovado hoje ou mais tardar amanhã, ele destinaria imediatamente esse recurso ao Estado e inclusive havendo uma distribuição que seria feita inclusive pelos Deputados.

Eu' acho que de uma maneira bem ágil, se o Congresso Nacional aprovar hoje esse recurso, nos teríamos já, imediatamente a execução dessas obras.

Nos informou também, que dos 75 bilhões de cruzeiros, 18 bilhões já foram executados pelas firmas na época contratadas e que o restante é que podia ser executado ainda este ano, então são recursos até substanciais que as firmas teriam inclusive dificuldades para executar isso este ano ainda, pelo pouco prazo que nós temos para encerrar o ano.

Então, é muito importante cada dia que se ganhe, cada dia que se pudesse ter com a execução dessas obras, a gente poderia executar mais coisas a ter a possibilidade de até o final do ano nós termos pelo menos essas três rodovias, de fundamental importância para o nosso Estado, novamente em condições de tráfego.

Era isso que eu gostaria de relatar aos meus companheiros e com a certeza que nós teremos que acionar aos meus companheiros e com a certeza que nós teremos de acionar os nossos Deputados Federais em Brasília, para que nos informem se esse recurso se esse projeto de lei foi aprovado, para que a gente possa então iniciar imediatamente essas obras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Liderança do PTB.

Declina.

PDT. Declina.

PL. Declina.

PT. Com a palavra o Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje pela manhã houve mais uma manifestação dos trabalhadores e lideranças políticas e sindicais do nosso Estado à frente da Ultrafértil.

Inclusive o Secretário do Trabalho, Durval Amaral, lá naquele ato representava o Senhor Governador. O ato político em frente a Ultrafértil visa a suspensão da privatização daquela estatal. É uma das maiores produtoras de uréia nitrogenada e de amônia, fertilizantes para serem usados no solo paranaense. Cerca de 90% das empresas de fertilizantes do primeiro mundo são estatais. Somente 10% são privadas. Isto diz respeito a grande necessidade que temos de fertilizantes. Se o primeiro mun-

do subsídio a agricultura, se o primeiro mundo não privatiza as empresas de fertilizantes por que nós, País subdesenvolvido, vamos colocar uma empresa estratégica na mão do setor privado? Por que nós vamos deixar o setor privado explorar o mercado de fertilizantes jogando o preço lá para cima, dificultando o consumo dele para os agricultores?

É um ato político correto nosso, de Parlamentar e do Senhor Governador, defender essa estatal. E ao contrário ainda do que se dá na prática que toda uréia e amônia produzida são vendidas a quatro empresas, entre elas a Manãh e a IAP. Por que não todo esse fertilizante já ser vendido diretamente ao agricultor barateando o preço dos mesmos fazendo com que a produção de alimentos fique mais barato, fazendo com que isto diminua a fome no nosso Estado?

Sabemos hoje que cerca de 30% da nossa população infantil é desnutrida e sabemos que o preço de fertilizantes é uma das razões para encarecer ainda mais o alimento, dificultando o consumo dos mesmos.

Nós queremos a Ultrafertil uma empresa estatal e queremos que ela seja submetida ao controle da sociedade através das entidades representativas organizadas da sociedade civil e através dos trabalhadores e representantes do Governo. Nós sabemos que empresa estatal pode e deve dar lucro se nela não tiver corrupção e se ela for bem administrada.

Nenhum empresário quer uma empresa que dê prejuízo. Por que então que eles estão tão interessados nas compras dessas estatais?

Porque nós sabemos que todas elas dão lucro. As que dão prejuízo é por má administração ou por corrupção. Temos exemplos recentes de empresas estatais que foram privatizadas e quantas e quantas que dão lucro, como é o caso da Usiminas. A Usiminas dava lucro anteriormente e hoje, um ano depois da sua privatização, o BNDES continua investindo dinheiro ainda no setor privado. Por que ela não continuou sob o controle da sociedade e sob o controle do Estado e como estatal dando lucro? A outra que é a maior pouca vergonha é a Vasp que hoje mesmo privatizada está mostrando a ineficiência desse setor, trazendo enormes prejuízos à sociedade brasileira quando foi privatizada e continua a trazer hoje quando não presta bons serviços e quando ela às beiras da falência quer recorrer novamente ao Estado para que seja salva. Todas estas empresas, temos certeza, que se permanecessem sob o controle rígido do Estado estariam dando lucro.

Por isso que nós não queremos que a Ultrafertil seja privatizada. E na semana

retrasada essa Assembléia Legislativa já mostrou também a sua vontade ao aprovar um Requerimento pedindo ao Senhor Itamar Franco, Presidente da República, a revisão da privatização dessas estatais, que é uma posição correta, porque até hoje, todas elas, trouxeram prejuízos no caráter de transformá-las de estatais em privatizadas. Não trouxeram nenhum centavo de lucro, uma vez que todo o dinheiro usado foi moeda podre, moeda sem valor que não aumentou em nada, não diminuiu em nada a dívida interna do nosso País e não contribuiu em nada para o avanço social que é onde é necessário também maiores investimentos. E o avanço social passa pela Ultrafertil ser mantida estatal, pois ela pode produzir fertilizantes baratos para a agricultura e aí sim teremos o caráter social de combate à fome e não privatizando-a, fazendo com que os fertilizantes aumentem, aumentando o preço dos gêneros de primeira necessidade, ou seja, dos gêneros alimentícios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Concedo a palavra à Liderança do PFL.

Declina.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando dispensa da presente sessão, por ter assumido compromissos inadiáveis.- **A Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/92, de autoria do Deputado PLAUTO MIRO GUIMARÃES, que dispõe sobre a utilização de papel reciclado para material expediente na Administração Pública, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.E.M.A. e C.A.J.C.. **Aprova-do, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 289/91, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que regulamenta a atividade de RODEIO no Estado do Paraná. PARECER CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEL da C.F. e S.P., C.A.I.C. (Publ. no D.A. nº 101, de 21.08.91.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 289/91

P A R E C E R:

PROJETO DE LEI Nº 289/91

O projeto de lei sob análise busca regulamentar a atividade de "rodeio" no Estado do Paraná. Estabelece condições mínimas necessárias à realização da atividade, relativas, principalmente, à necessidade de autorização da Associação Paranaense dos Profissionais de Rodeio - APPR e medidas protetivas de peões e dos animais.

No mérito, a matéria é louvável e oportuna, pois a atividade profissional de "peão" de rodeio posta-se realmente como de grande risco - merecendo a atenção das autoridades governamentais - bem como, deve ser fiscalizado o tratamento dispensado aos animais no transcurso do evento. Seria recomendável, aliás, um aprofundamento da matéria relativamente às condições protetivas dos peões e estabelecendo obrigações às autoridades administrativas locais que efetivamente lucram com os "rodeios" que, como diz o próprio autor do projeto de lei, atraem "milhares" de pessoas.

Na forma como foi apresentado, porém, o referido projeto de lei contém incorreções ligadas à compulsoriedade de afiliação à APPR, como condição "sine qua non" ao exercício profissional, quando o artigo 5º, XX, da Constituição Federal assegura que "ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado", e que é princípio constitucional a ser interpretado harmonicamente com o contido no mesmo artigo 5º, XI, pelo qual "... é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer". Da mesma forma, a entidade não detém "munus público", a exemplo de um C.R.M. ou C.R.E.C.I., para que o livre exercício profissional esteja condicionado à sua afiliação, de modo que não se ofenda, também, a competência expressa no artigo 22, XVI, acerca da legislação sobre "... condições para o exercício de profissões", conforme consta da Constituição Federal.

Causou-nos espécie, ainda, o fato do referido projeto de lei ter sido encaminhado à Casa em 20 de agosto de 1991, em época que, sequer, a referida entidade tinha existência legal, pois, segundo a certidão do Cartório competente, somente em 6 de março de 1992, foi efetuado o registro de seu estatuto.

Assim, em que pese a relevância e oportunidade da matéria no seu conteúdo de mérito, sob o aspecto formal encontram-se óbices constitucionais à sua apreciação pelo Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Neivo Beraldin, visa regulamentar a atividade de rodeio no Estado do Paraná, determinando condições mínimas a esta prática, bem como sobre a atuação da Associação Paranaense dos Profissionais de Rodeio, sendo ainda determinadas normas de proteção animal.

A Comissão de Constituição e Justiça, analisando o aspecto legal e constitucional da referida matéria opinou contrariamente à mesma.

Desta forma, analisando sob a égide do regimento interno desta Casa de Leis, face à competência da Comissão de Finanças, opinamos pela apreciação da matéria pelo duto Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.16.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
CLEITON KIELSE - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA
E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 289/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, tem por finalidade regulamentar a atividade de RODEIO no Estado do Paraná.

Motivo de apreciação por esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, entendemos que nada existe que impeça a normal tramitação da matéria.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.92.

(aa) SEVERINO FELIX - Presidente
ALBINO CORAZZA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 289/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Neivo Beraldin, visa o presente plano de lei regulamentar a atividade de RODEIO no Estado do Paraná.

Analisada a matéria por esta Comissão, entende esse relator, nada haver que possa obstar a tramitação regimental da mesma por esta Casa de Leis.

Assim sendo, opinamos de modo FAVORÁVEL a aprovação do Projeto de Lei nº 289/91 na forma em que se apresenta.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.92.

(aa) LUIZ ANTONIO SETTI - Presidente
EDSON SILVA LINO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando o adiamento por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 289/91, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin.- **Aprovado.**

Fica portanto, adiado por 05 (cinco) sessões, o Projeto de Lei nº 189/91. —

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 565/91, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que sujeita à prévia autorização do Poder Público a prática de esportes náuticos no Litoral Paranaense. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.S.P. e CONTRÁRIO da C.T. (Publ. no D.A. nº 161, de 03.12.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 565/92

P A R E C E R:

A proposição em exame, somos de parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 05.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 565/91

P A R E C E R:

O nobre Deputado Lourenço Fregonese vem apresentar projeto de lei que objetiva disciplinar a prática de esportes náuticos no litoral paranaense, em locais públicos à beira-mar ou até cem metros da praia.

Além de tratar-se de louvável iniciativa com a finalidade de evitar acidentes envolvendo esportistas e banhistas que se acham no litoral paranaense a procura de descanso e lazer, vem ao encontro do que propõe o artigo 46 da Constituição do Estado, quando afirma que "a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas...".

No âmbito da Comissão de Segurança Pública - que se ocupa de assuntos dessa natureza - endossamos a feliz idéia do nobre colega, e como não encontramos nenhum preceito legal que o impeça, somos pela aprovação da matéria.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 07.04.91.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente
JOSE TAVARES - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 565/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 565/91 de autoria do nobre Deputado Lourenço Fregonese, tem como escopo exigir a autorização prévia do Poder Público para a prática de esportes náuticos no litoral paranaense.

Em análise ao projeto, em razão do mesmo constituir medida de segurança não só para os desportistas, mas principalmen-

te para os demais frequentadores de nossas praias, esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes emite seu parecer FAVORÁVEL.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE TURISMO

PROJETO DE LEI Nº 565/91

P A R E C E R:

De iniciativa do Deputado Lourenço Fregonese, para avaliação e parecer desta comissão, projeto de lei que objetiva regulamentar a prática de esportes náuticos no litoral do Estado do Paraná, e dá outras providências.

Como o entendimento é o de que a presente proposição deva seguir seu trâmite nesta Casa, uma vez que o objeto de sua proposta foi louvado e reconhecido por outras comissões técnicas, as quais manifestaram apoio e aprovação ao curso legislativo da referida proposta, à luz da competência deferida regimentalmente à Comissão de Turismo, opinamos pela aprovação e sequência da tramitação do presente plano de lei, deferindo, finalmente ao soberano Plenário desta Assembléia Legislativa a decisão final e definitiva acerca do assunto nela tratado.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 14.04.92.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente
GERALDO CARTARIO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessutti, constante do expediente, solicitando o adiamento por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 565/91, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese.

Aprovado.

Fica portanto, adiado por 05 (cinco) sessões, o Projeto de Lei nº 565/91.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 605/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 151/91, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval, ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F.. Emenda de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO,
DE Nº 01, AO ARTIGO 1º,

DO PROJETO DE LEI Nº 605/92

Substitua-se o Artigo 1º pelo seguinte:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito, bem como, prestar fiança, aval, ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado até os limites estabelecidos pelas resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações de forma a atender a despesas de capital programadas em atividades e projetos contidos nos orçamentos anuais e plano plurianual do período de 1992 e 1993."

Sala das Sessões, em 22.04.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: João Arruda, Dalton Machuca, Ademair Traiano e Heinz Herwig.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROJETO DE LEI Nº 605/91

P A R E C E R:

A referida emenda objetiva restringir aos orçamentos de 1992 e 1993 a possibilidade de autorizar o Poder Executivo a contratar operações de crédito, prestar avais, fianças, garantias e contragarantias em empréstimos feitos a entidades sob sua administração.

Mesmo externando preocupação quanto aos efeitos do teor original do referido Projeto de Lei 605/91, oriundo da Mensagem 151/91 do Poder Executivo, entendemos que a iniciativa da emenda não altera o seu mérito e forma, nada havendo, assim, sob os aspectos constitucional, legal e regimental, que obste a sua apreciação pelo Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o adiamento por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 605/91, de autoria do Poder Executivo.

Aprovado.

Fica portanto, adiado por 05 (cinco) sessões, o Projeto de Lei nº 605/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 150/92, de autoria do Deputado DALTON MACHUCA, que altera redação da Lei Complementar nº 58, de 16/07/1991, que estabelece o regime fiscal das microempresas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A.I.C.. (Public. no D.A. nº 69 de 25.05.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 150/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 150/92, de autoria do nobre Deputado Dalton Machuca, tem por finalidade alterar a redação da Lei Complementar nº 58, de 16.07.91, que estabelece o regime fiscal das microempresas.

Por tais fatos, consideramos estar a presente proposição, em condições de ser apreciada pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 09.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 150/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Dalton Machuca, tem por finalidade alterar a redação da Lei Complementar nº 58, de 16.07.91, que estabelece o regime fiscal das microempresas.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Presidente e Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO

PROJETO DE LEI Nº 150/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Dalton Machuca, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que altera redação da Lei Complementar nº 58, de 16.07.91, que estabelece o regime fiscal das microempresas.

A matéria já recebeu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Com relação à competência desta Comissão nada há que obste a tramitação do presente.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.92.

(aa) SEVERINO FELIX - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, ainda há pouco estivemos reunidos com o Deputado Dalton Machuca e na oportunidade fazíamos contato com a

Secretaria da Fazenda acerca desse projeto porque quando da vez passada - esse projeto já foi retirado da Ordem do Dia - nós remetemos à apreciação da Secretaria da Fazenda para que ela se manifestasse acerca do Projeto e como até hoje não chegou nenhuma informação, por telefone, conversamos com o Dr. Nestor Bueno a respeito. As informações preliminares que ele nos dá e que não são informações ainda oficiais e que repassamos ao Deputado Dalton Machuca, são de que provavelmente esse projeto a ser implantado, não irá atingir os objetivos que estão sendo anunciados pelo Deputado, vindo talvez até de forma contrária aos interesses da microempresa, mas como nós estamos discutindo a constitucionalidade do projeto, iremos aprová-lo em 1.ª discussão e amanhã nós teremos as informações da Secretaria da Fazenda e se concluirmos pela não aprovação desse projeto, então amanhã encaminharemos pela rejeição da matéria.

Hoje estamos encaminhando favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - O projeto está aprovado.

Vai a 2.ª discussão.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 147/92, de autoria do Deputado CLEITON CRISÓSTOMO, que autoriza a Secretaria de Estado da Educação a implantar o curso supletivo a nível de 1º grau no Município de São Carlos do Ivaí. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 69, de 25.05.92.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 147/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei 147/92, de autoria do Deputado Cleiton Crisóstomo, trata da criação e implantação de Curso Supletivo de 1º Grau no Município de São Carlos do Ivaí.

O Curso Supletivo já se encontra implantado em várias unidades escolares do Estado e o Projeto de Lei, de caráter autorizatório, não apresenta qualquer óbice à sua apreciação pelo Plenário da Assembleia Legislativa, sendo favorável à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 01.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 147/92

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, de autoria do

nobre Deputado Cleiton Crisóstomo, que autoriza a Secretaria de Estado da Educação a implantar o curso supletivo a nível de 1º grau, no Município de São Carlos do Ivaí, é de caráter autorizatório.

O presente Projeto, obteve parecer FAVORÁVEL da Douta Comissão de Constituição e Justiça, o que significa que não há impedimento legal, regimental e de Técnica legislativa.

No âmbito desta Comissão, que analisa o mérito deste, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Sessões, em 10.06.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

BÁSILIO ZANUSSO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 147/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 147/92, de autoria do nobre Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, tem por finalidade autorizar a Secretaria de Estado da Educação, a implantar o curso supletivo a nível de 1º grau, no Município de São Carlos do Ivaí.

O presente projeto recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Esporte.

Esta Comissão não encontrou óbice, tanto de caráter legal, regimental ou constitucional, que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Por tais fatos somos de Parecer Favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/92, de autoria do Deputado CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO, que autoriza a Secretaria de Estado da Educação a implantar o Curso de Supletivo a nível de 1º grau no Município de Guairacá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 69, de 25.05.92.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 149/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 149/92, de autoria do Nobre Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, tem por finalidade autorizar a Secretaria de Estado da Educação a implantar o Curso de Supletivo a nível de 1º grau no Município de Guairacá - Pr.

Encontramos ainda na iniciativa do autor, um fundo altamente meritório e educacional, proporcionando aos moradores daquela localidade a oportunidade de adquirir conhecimentos básicos, para uma melhor

convivência dentro de nossa sociedade.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontrou óbice, tanto de caráter legal, regimental ou constitucional, que pudesse por obstáculos a normal tramitação do Projeto por esta Casa de Leis, emitindo assim seu Parecer Favorável, pela aprovação da matéria ora em pauta.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 149/92

Autor: Dep. Cleiton Kielse Crisóstomo

P A R E C E R:

O Plano de Lei, autoriza a Secretaria de Estado da Educação a implantar o Curso de Supletivo a nível de 1º grau no Município de Guairacá.

Logrou PARECER FAVORAVEL na Comissão de Constituição e Justiça.

Não havendo quaisquer óbices, Constitucionais, Legal ou Regimental, somos por sua Aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI
Presidente e Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 149/92

Autor: Dep. Cleiton Kielse Crisóstomo.

P A R E C E R:

SOMULA: Autoriza a Secretaria de Estado da Educação a implantar o Curso de Supletivo a nível de 1º Grau no Município de Guairacá.

Colheu PARECER FAVORAVEL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE o presente PLANO DE LEI.

No âmbito desta COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE não havendo óbices constitucionais, legais e regimentais, somos de PARECER FAVORAVEL à Aprovação.

Sala das Comissões, em 24.06.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente
EURIDES MOURA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/92, de autoria do Deputado DOMINGOS CARVALHO, que autoriza o Poder Executivo a transferir o Hospital Ana Fiorillo Menarin ao Município de Castro. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 111, de 11.08.92.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 212/92

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Domingos Carva-

lho, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a transferir o Hospital Ana Fiorillo Menarin ao Município de Castro.

Do ponto de vista regimental, o ilustre autor optou para utilizar-se da regra contida no Art. 124, § 1º, que estabelece a prerrogativa de apresentar-se a justificativa oralmente.

Analisando-se os aspectos legais e constitucionais nada há que impeça a normal tramitação do mesmo.

Nestas condições, opinamos favoravelmente a Aprovação do referido projeto.

E o parecer!

Sala das Comissões, em 13.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 212/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria o ilustre Deputado Domingos Carvalho, que objetiva autorizar o Poder Executivo a transferir o Hospital Ana Fiorillo Menarin ao Município de Castro.

A medida proposta recebeu Parecer FAVORAVEL da Douta Comissão da Constituição e Justiça, quanto aos aspectos legal, constitucional e regimental.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORAVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 212/92

P A R E C E R:

De autoria do Ilustre Deputado Domingos de Carvalho, o presente Projeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a transferir o Hospital Ana Fiorillo Menarin ao Município de Castro.

A medida proposta recebeu Parecer FAVORAVEL das Doughtas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, quanto aos aspectos legal, constitucional e regimental.

No âmbito desta Comissão de Saúde Pública não há nada que impeça a normal tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORAVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 05.11.92.

(aa) LUIZ ANTONIO SETTI - Presidente
LOURENÇO FREGONESE - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/92, de autoria do Deputado DOMINGOS DE CARVALHO, que autoriza o Poder Executivo a autorizar os profissionais da saúde a estacionarem seus veículos em logradouros públicos onde é proibido estacionar ou transitar quando em atendimento de emergência ou de urgência. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C., C. Saúde P. e C.S.P. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 115 de 13.08.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI 217/92

P A R E C E R:

Trata-se de proposição que autoriza o Poder Executivo, através da Polícia Administrativa, fixar normas para estacionamento de veículos particulares em logradouros públicos onde tal seja proibido, quando em serviço médico de emergência.

A primeira vista, poder-se-ia admitir a existência de conflito entre a disposição constitucional do art. 22, XI, da Carta Federal e o presente projeto. A hipótese, data venia, não ocorre, eis que, logo adiante verifica-se que há competência comum da União, Estados e Municípios para legislar sobre a matéria amparada na aproximação de objetivos nacionais.

Desta forma, quanto à legalidade e constitucionalidade, nada a opor a sua tramitação normal por esta Casa. Somos de parecer pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 01.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 217/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Domingos de Carvalho, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a autorizar os profissionais da saúde a estacionarem seus veículos em logradouros públicos onde é proibido estacionar ou transitar, quando em atendimento de emergência ou de urgência.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator ofereceu parecer FAVORÁVEL.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações não há nada que obste a tramitação do referido Projeto de Lei neste Poder.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 23.09.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
DIRCEU MANFRINATO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 217/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, do nobre Deputado Domingos Carvalho, autoriza o Poder Executivo a permitir aos profissionais de saúde, o trânsito e estacionamento de seus veículos particulares, quando em atendimento de urgência, em locais onde normalmente isso não seria permitido.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, que opina pela APROVAÇÃO deste Projeto de Lei, no âmbito legal e constitucional nada existe que desaprove a tramitação normal pela Assembléia. Da mesma forma opina a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, conforme Parecer de seu Relator.

Assim sendo, esta Comissão de Segurança Pública também é de parecer favorável, à tramitação normal, e votação pelo soberano Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 15.10.92.

(aa) LUIZ CARLOS ALGORGHETTI - Presidente
CEZAR SILVESTRI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI 217/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei 217/92 de autoria do Deputado Domingos de Carvalho, pretende autorizar o Poder Executivo a autorizar os profissionais da saúde a estacionarem seus veículos em logradouros públicos onde é proibido estacionar usualmente, em caso de emergências ou urgências.

Sob os estritos aspectos da competência desta Comissão de Saúde, nada consta à normal tramitação do presente projeto de lei e sua apreciação pelo Plenário desta Assembléia Legislativa, sendo favorável a sua aprovação.

S.M.J., é o parecer.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.92.

(aa) LUIZ ANTONIO SETTI - Presidente
PAULO MAIA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Algaci Tulio) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1734, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1715, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (**Algaci Túlio**) - Com voto contrário da Bancada do PT.

Requerimento nº 1726, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1724 - B, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente.

A Mesa vai mandar verificar se esse projeto está em condições de receber esse Requerimento.

A D.A.P. para verificar a situação do Projeto.

Requerimentos nºs 1724 e 1725, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1729 e 1730, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1731, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira dia 12, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 150/92;
dos Projetos de Lei nºs 147/92, 149/92, 212/92, 217/92, 263/92.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE FINANÇAS

COMISSÃO DE FINANÇAS

12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, João Iensen e Nelson Garcia. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 286/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 80/92, Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

LOURENÇO FREGONESE - Presidente
Wilson Penka - Secretário

Curitiba, quarta, em 11.11.92

Pág. 17

ALEP - SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM CELEPAR
BALANCETE FINANCEIROREF. - SCM245
PAG. - 1
DATA - 30.09.92

ÓRGÃO: ASSEMBLEIA LEGISL. DO EST. DO PARANÁ

B09

NO MÊS

ATE O MÊS

RECEITA

ORÇAMENTARIA

RECEITAS CORRENTES

Receita tributária	0,00	0,00
Receita de contribuições	0,00	0,00
Receita patrimonial	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00
Receita de serviços	0,00	0,00
Transferências correntes	12.050.000.000,00	51.480.000.000,00
Outras receitas correntes	0,00	13.714.737,03
	12.050.000.000,00	51.493.714.737,03

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de crédito	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	0,00
Transferências de capital	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00
	12.050.000.000,00	51.493.714.737,03

EXTRA-ORÇAMENTARIA

Débitos de tesouraria	0,00	16.301.421,94
Depósitos de diversas origens	839.719.058,52	3.893.190.101,29
Depósitos extraordinários	3.173.335.587,60	15.255.945.933,07
Acordos e Convênios	0,00	0,00
Contas a regularizar	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
	4.013.054.646,12	19.165.437.456,30

SALDOS DO MÊS ANTERIOR

Caixa	0,00	0,00
Bancos conta movimento	12.990.201.534,68	2.252.882.942,59
Bancos conta vinculada	0,00	0,00
Conta aplicações financeiras	0,00	0,00
Conta poupança	0,00	0,00
	12.990.201.534,68	2.252.882.942,59

TOTAL29.053.256.180,80

72.912.035.135,92

ORÇAMENTARIA

DESPESAS CORRENTES

Despesas de custeio	8.281.131.675,73	35.007.153.792,27
Transferências correntes	2.304.751.990,20	12.726.957.872,00
	10.585.883.665,93	47.734.111.664,27

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
	0,00	0,00

EXTRA-ORÇAMENTARIA

Restos a pagar	0,00	43.989.269,12
Pagamentos	0,00	13.714.737,03
Cancelamentos	0,00	57.704.006,15

Débitos de tesouraria.....	0,00	0,00
Depósitos de diversas origens.....	0,00	0,00
Depósitos extraordinários	1.943.824.742,15	8.596.671.692,78
Acordos e convênios	0,00	0,00
Contas a regularizar	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
	<u>1.943.824.742,15</u>	<u>8.596.671.692,78</u>

1.943.824.742,15

8.654.375.698,93

SALDOS PARA O MES SEGUINTE

Caixa	0,00	0,00
Bancos conta movimento	16.523.547.772,72	16.523.547.772,72
Bancos conta vinculada	0,00	0,00
Contas aplicações financeiras	0,00	0,00
Conta poupança	0,00	0,00
	<u>16.523.547.772,72</u>	<u>16.523.547.772,72</u>

TOTAL.....29.053.256.180,80

72.912.035.135,92

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Diretor do DAT

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coord. de Contabilidade